

PENSAMENTO POLÍTICO CONSERVADOR: PRESSUPOSTOS TEÓRICOS E ASPECTOS CONSTITUTIVOS

Conservative Political Thought: Theoretical Assumptions and Constitutive Aspects

Antonio Kevan Brandão Pereira

Doutor pela Universidade de Brasília (UnB) e professor no Centro Universitário Christus (UNICHRISTUS)

Orcid <https://orcid.org/0000-0002-9423-7767>

Lattes <https://lattes.cnpq.br/4697134042694991>

Resumo

Este ensaio procura evidenciar os aspectos constitutivos do pensamento político conservador. Por meio de uma pesquisa bibliográfica, faz-se uma discussão em torno de alguns dos temas mais caros ao conservadorismo político realçando-se, especialmente, os seus pressupostos teóricos e as contribuições de alguns dos autores mais proeminentes dessa corrente no século XX. À guisa de conclusão, são enfatizadas as características delineadoras dessa ideologia, ocasião em que se discute as suas aproximações e divergências com outras correntes.

Palavras-chave: Conservadorismo, Pensamento Político, Ideologia, Tradição, Prudência.

Abstract

This essay seeks to highlight the constitutive aspects of conservative political thought. Through bibliographical research, a discussion is made around some of the most important themes of political conservatism, highlighting, especially, its theoretical assumptions and the contributions of some of the most prominent authors of this current in the 20th century. By way of conclusion, the defining characteristics of this ideology are emphasized, at which time its similarities and divergences with other currents are discussed.

Keywords: Conservatism, Political Thought, Ideology, Tradition, Prudence.

Introdução

No debate político atual, um dos temas mais discutidos, e talvez por isso seja um daqueles que mais geram mal-entendidos, é o conservadorismo. Não apenas entre o público em geral, mas também no meio jornalístico e até mesmo no âmbito acadêmico, é possível muitas vezes constatar certos imprecisões analíticas na aplicação deste



conceito na consideração de determinados fenômenos da realidade sociopolítica, o que decerto tem gerado algumas confusões que prejudicam e dificultam a nossa compreensão.

A paráfrase de uma conhecida síntese do pensamento político conservador pode ser tomada como um ponto de partida válido para uma compreensão mais acurada dos pormenores dessa vertente. Assim, a preferência ao que é familiar em relação ao desconhecido, o que se apresenta como concreto ao invés do abstrato, o que é conveniente ao que é perfeito, são máximas, de acordo com Michael Oakeshott (2020), que expressam adequadamente a essência do conservadorismo até mesmo em seu sentido mais amplo, e não apenas político. Com efeito, tais pontos destacados por esse filósofo britânico evidenciam alguns dos aspectos mais elementares do pensamento conservador, os quais devem ser necessariamente considerados quando se intenta avaliar o tema.

Tentar assimilar os elementos que dizem respeito e que conformam o próprio conservadorismo é passo imprescindível para os interessados em investigar e compreender os impactos de uma espécie de movimento conservador que vem ganhando corpo em vários países nas últimas décadas. De fato, essa “onda conservadora”, como se costuma chamar, tem alcançado significativas parcelas da população de países com marcantes diferenças políticas, socioeconômicas e culturais, como França, Holanda, Estados Unidos, Argentina e Brasil para citar apenas alguns casos. Entrar na discussão relativa às causas que explicam o crescimento e/ou a ascensão desses grupos ao poder certamente ultrapassa os limites desta breve exposição; o interesse aqui é, tão somente, com aparo na literatura especializada, se debruçar sobre as bases do pensamento conservador e assim ter o arcabouço teórico necessário para avaliar a natureza desse conservadorismo político atual. Nesse sentido, a questão central que se procura responder é: quais os aspectos definidores do conservadorismo político? Colocando de outra forma, quais são aqueles elementos que notadamente caracterizam o pensamento conservador no campo da política?

As respostas para esse amplo questionamento passam obrigatoriamente, conforme já foi colocado, pela apreensão dos ditames centrais do conservadorismo. Para tanto, é indispensável que se recorra ao pensamento conservador moderno, bem como à discussão que é feita contemporaneamente, a qual se ocupa mais detidamente de temas



como o papel do Estado e do governo, do Direito e das influências dos costumes e das tradições. Assim, no presente ensaio, lança-se mão de uma pesquisa do tipo bibliográfica, haja vista a discussão conceitual que se objetiva realizar. Desse modo, a consulta das obras originais de autores clássicos, bem como de artigos e textos escritos pelos mais renomados pensadores contemporâneos que discutem o tema em questão, apresenta-se como a estratégia adequada para a elaboração dessa contribuição no relevante contexto da discussão teórica da política. Vale lembrar, juntamente com Terrence Ball (2004), que o pensamento ou a teorização política é uma atividade necessária e importante, pelo que não devemos relegar a realização de trabalhos desta natureza.

Desse modo, aborda-se, inicialmente, os pressupostos teóricos do conservadorismo considerando a sua acepção moderna; em seguida, em constante diálogo com a literatura, são analisados os pontos de vista de autores conservadores contemporâneos sobre os elementos constitutivos e característicos dessa ideologia política.

1. Pressupostos teóricos do conservadorismo

Mais do que uma ideologia, afirma-se que o conservadorismo é uma “disposição” (Oakeshott 2020, 115), ou, até mesmo, uma atitude política e moral, um estado de espírito, um tipo de caráter, um modo de ver a ordem civil e social (Kirk 2013, 102). A complexidade em analisar o tema aumenta quando se leva em conta que os estudiosos afirmam que por conta de suas nuances, há que se falar em conservadorismo no plural, ou seja, existem na realidade “conservadorismos” (Coutinho 2014, 9).

Conquanto essa complexidade seja inegável, há um consenso em torno do fato de que para se apreender os pressupostos teóricos da corrente conservadora moderna, é necessário partir do pensamento do filósofo e político irlandês Edmund Burke (1729-1797). A partir de seu emblemático livro, “Reflexões sobre a Revolução na França, no qual tece uma feroz crítica aos acontecimentos que estavam acontecendo na França, ele ficou conhecido como o “pai” do conservadorismo moderno (Heywood 2010; Fawcett 2020). Para Burke, os revolucionários franceses estavam construindo um edifício a partir do nada, baseados em ideias utópicas feitas às portas fechadas em gabinetes, desprezando



o valor de certas instituições políticas que sobreviveram ao longo dos anos e que conferiam estabilidade. A partir dessas colocações do autor, é possível inferir os principais pressupostos teóricos do conservadorismo, tais como o tradicionalismo, a imperfectibilidade humana e a prudência, sendo possível observar um nítido entrelaçamento entre eles.

A ênfase na tradição tem um lugar especial na perspectiva conservadora. Se determinada instituição política antiga funciona e tem se mostrado útil para a estabilidade da sociedade, ela não deve ser excluída ou radicalmente mudada, pois a sua validade encontra-se no fato de que ela resistiu ao teste do tempo, o árbitro por excelência que atesta a sua viabilidade e necessidade. O segundo pressuposto, a imperfectibilidade humana, apregoa que os homens são naturalmente seres falhos ou caídos, para se usar uma linguagem religiosa, os quais necessitam de controle e, se for o caso, de punição. Em decorrência disso, os homens públicos devem adotar uma conduta cética, pragmática e realista frente aos desafios políticos. Há, nesse sentido, uma natural desconfiança por parte dos conservadores sobre determinadas ações propostas pelos atores políticos, seja pelo fato de que elas são irrealizáveis, seja pela interveniência de fatores externos, ou pelo simples motivo de que estes podem ou não cumprir com o que fora prometido.

Finalmente, tem-se outro pressuposto, a prudência, que nesse contexto refere-se à ideia de qualquer mudança política deve ser efetuada de maneira gradual e calculada, sempre levando em consideração as exigências das circunstâncias. Segundo Burke (2017), as instituições políticas podem e devem ser reformadas – a reforma é sempre preferível à revolução –, mas de forma parcimoniosa e específica, tal como fizeram os ingleses um século antes dos revolucionários franceses, os quais demoliram as instituições do passado e esboçaram inovações a partir de uma folha em branco.

Com base nesses pressupostos extraídos do pensamento burkeano, e para que se compreenda melhor a discussão em torno do conservadorismo político, vale a pena então identificar mais detidamente alguns dos principais elementos que constituem e caracterizam esta corrente que são mobilizados pela literatura especializada.

2. Elementos constitutivos do conservadorismo político



Inicialmente, cabe abordar o elemento da tradição, que é indiscutivelmente fundamental quando se analisa o conservadorismo. De fato, os conservadores valorizam as tradições e argumentam em prol de sua validade, pois estas sobreviveram ao teste do tempo; dito de outra forma, é exatamente por terem resistido ao longo dos anos que elas precisam ser preservadas. De acordo com Kekes (1998), não há que se dizer que o conservador conserva tudo, o que não faria sentido. O conservador busca conservar, e não apenas na política, “as tradições que foram sobrevivendo por sucessivas gerações que encontram nelas certas vantagens que aconselham a sua manutenção” (Coutinho 2014, 59). O que se procura conservar, portanto, são aquelas tradições que conferem coesão, sentido de pertencimento e estabilidade em uma sociedade.

Neste momento, é oportuno dizer que para o conservador a tradição tem uma função educacional, na medida em que serve de guia para as ações de um governante, o qual pode assim ter base para tomar determinadas decisões diante de um caso concreto. A tradição tem também uma função epistemológica, servindo como um recurso à disposição de um ator político que inevitavelmente se defronta com as complexidades impostas pelas circunstâncias. Para Roger Scruton (2015, 99), especialmente na política, “as razões que um conservador admite não se referem a um futuro hipotético ou abstrato, mas a um passado concreto e real”. É, pois, no respeito às lições e nas tradições oriundas do passado que são úteis e pertinentes que o homem de política deve pautar as suas condutas.

Um segundo elemento constitutivo do pensamento político conservador é o ceticismo, o qual advém da concepção de natureza humana e está intimamente ligado à crítica ao racionalismo. Aqui, porém, vale o alerta de que seria absurdo pensar que o conservador não valoriza a razão; a sua crítica ferrenha é com as promessas do racionalismo, o qual acredita ou supõe que os problemas políticos poderiam ser resolvidos pela lógica racional, como que por uma cálculo, onde a observação, a experiência prática, são deixados de lado (Oakeshott 1962).

É por isso que o conservador desconfia de projetos abstratos, com áurea de perfeição, feitos muitas vezes em gabinetes por pessoas que desconhecem as complexidades dos processos políticos e da organização de uma sociedade. Enfatizando



mais uma vez a falibilidade dos homens, daí a vigilância e desconfiança que se deve ter, Burke (2017) insiste que um estadista deve ter sempre a plena consciência de suas limitações e fraquezas.

A partir dessa concepção de uma natureza humana imperfeita, para o conservador, o governante deve ter duas virtudes centrais, quais sejam, humildade e prudência. A humildade, nesse caso, refere-se ao já referido conhecimento de suas naturais limitações; a prudência consiste na parcimônia que o homem de política deve ter nos seus atos, devendo sempre estar atento às lições do passado e às imposições das circunstâncias. Dessas colocações, infere-se que o ceticismo político conservador indica uma abordagem prática e pragmática da política, opondo-se firmemente às posições radicais e utópicas.

O terceiro elemento que podemos citar como parte constitutiva do pensamento político conservador refere-se à noção de reforma gradual. Desde já, um ponto deve ficar bastante claro nessa discussão: o aspecto reformista é parte inerente do pensamento político conservador. À primeira vista, poder até parecer algo paradoxal, já que quase sempre se toma erroneamente que o conservador é contrário e/ou despreza as mudanças, aspecto este que aqui já foi desconstruído. Contudo, para o conservador, não é qualquer mudança que é válida, daí a alegação de que a ideia de reforma é a mais apropriada. Como bem colocou Coutinho (2014), reforma-se o que existe e, mais importante ainda, só se reforma algo que chegou até nós justamente porque ele existe.

O conservador tem uma visão tradicional de reforma. Isto quer dizer que para empreender qualquer ato reformista, não se deve partir do “nada”, de ideias abstratas; as reformas devem ser fundamentadas em algo concreto, ou seja, a sua motivação de partir e ser executada com base em algum lugar, e é exatamente aqui que se justifica o valor da tradição. Para o conservador, uma reforma prudente deve ter como ponto de partida a tradição. Dessa acepção, denota-se que ela deve ser entendida como um mecanismo de conservação, o que fica clara nas palavras do próprio Burke (1880, 28), quando afirma que “um Estado sem a possibilidade de alguma mudança é incapaz de se conservar”. Assim, diz Scruton (2015, 54) sobre este ponto, “o desejo de conservar é compatível com todos os tipos de mudança, desde que essa mudança signifique continuidade”.



O aspecto da reforma evidencia, então, a perspectiva de mudança no conservadorismo que, nas palavras de Russell Kirk (2020), não pode ser entendido como um corpo fixo e imutável de dogmas. Para o conservador, todavia, qualquer mudança que deve ser prudente, calculada, fundamentada em algo concreto, que visa a conservação de algo que seja válido. É preciso efetivar reformas de acordo com as circunstâncias e em resposta a problemas reais, sendo que cada uma delas devem ser pensadas como algo que pode ser aperfeiçoado por outras reformas futuras.

Por fim, ainda no que diz respeito a este tema, vale salientar o ponto de vista de Oakeshott sobre a maneira como os conservadores devem executar essas mudanças. Para o referido autor, as reformas devem ser direcionadas a problemas específicos – daí o seu âmbito mais restrito – e serem feitas de modo gradual, cabendo ao agente sempre observar e avaliar os efeitos de seus desdobramentos. Desse apontamento, infere-se outra função das reformas, qual seja, a de evitar situações exacerbadas e revolucionárias, pois, valendo-se mais uma vez das advertências de Edmund Burke (2017), elas são feitas com o sangue frio e não precipitadas por estados de inflamação, estes últimos característicos de espíritos revolucionários e destrutivos.

Considerações finais

Decerto, existem outros importantes aspectos que conformam o conservadorismo que poderiam aqui ser mencionados e analisados. Conforme o que foi dito acima, o pensamento político conservador é um tema bastante amplo, repleto de nuances, algo típico de tradições intelectuais que existem há muito tempo e que procuram fornecer respostas contextuais no decorrer do tempo. No entanto, a partir dos elementos descritos neste trabalho, acredita-se que foi possível verificar as bases do pensamento político conservador e realçar assim o caráter de suas ideias.

Ao longo da exposição, percebeu-se uma clara interdependência entre os pontos aventados, pelo que torna-se possível considerar, finalmente, que o agente que possui a chamada “disposição conservadora”, é aquele que enfatiza as lições do passado e os valores das tradições que se apresentam como instrumentos que trazem harmonia e que fornecem estabilidade para determinada ordem, e que por isso mesmo devem ser



preservadas, que repudia qualquer projeto político utópico notadamente abstrato, elaborado sem amparo da realidade, e que salienta que as mudanças políticas devem ser feitas de maneira prudente e gradual, sempre com base em problemas reais, as quais devem deixar margem para o aperfeiçoamento por meio de reformas vindouras.

Após a exposição aqui realizada, restou claro o caráter posicional e reativo do conservadorismo político. Para finalizar, e numa tentativa de fomentar os debates em torno do tema, seria oportuno perguntar, por exemplo, em que medida os atuais ataques de viés autoritário de agentes e grupos que se autointitulam – ou que são denominados – conservadores em diferentes países às instituições da democracia liberal, e às conquistas políticas e sociais que, apesar de suas limitações, demonstraram sua validade e passaram no “teste do tempo”, encontram guarida dentro da tradição conservadora analisada nestas breves linhas. São questionamentos que talvez possam contribuir com as discussões no campos filosóficos e teóricos da política que buscam avaliar os problemas e os desafios no âmbito dos regimes democráticos contemporâneos.

Referências bibliográficas

- Ball, Terence. 2004. “Aonde vai a teoria política?” *Revista de Sociologia e Política* (23): 9-22. <https://doi.org/10.1590/S0104-44782004000200003>.
- Burke, Edmund. 1880. *The Works of the Right Honorable Edmund Burke*. Boston: Little Brown and Company.
- Burke, Edmund. 2017. *Reflexões sobre a revolução na França*. Campinas: Vide Editorial.
- Coutinho, João Pereira. 2014. *As ideias conservadoras explicadas a revolucionários e reacionários*. São Paulo: Três estrelas.
- Fawcett, Edmund. 2021. *Conservadorismo: a luta por uma tradição*. Lisboa: Edições 70.
- Heywood, Andrew. 2010. *Ideologias políticas: do liberalismo ao fascismo*. São Paulo: Ática.
- Kekes, John. 1998. *A Case for Conservatism*. Ithaca: Cornell University Press.
- Kirk, Russell. 2013. *A política da prudência*. São Paulo: É Realizações.
- Kirk, Russell. 2020. *A mentalidade conservadora*. São Paulo: É Realizações.
- Oakeshott, Michael. 1962. *Rationalism in politics and other essays*. London: Methuen.
- Oakeshott, Michael. 2020. *Conservadorismo*. Belo Horizonte: Editora Âyiné.
- Scruton, Roger. 2015. *O que é conservadorismo*. São Paulo: É Realizações.

